

Webinar “Semana de Prevenção da Saúde Mental em Tempos de Covid-19”
OAB-SP - 17/06/2020

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a iniciativa Comissão de Direito do Trabalho da OAB em promover uma Semana de Prevenção da Saúde Mental em Tempos de Covid-19.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a ANAMATRA, entidade que representa quase quatro mil magistrados e magistradas do trabalho em todo o Brasil, tem participado de todos os fóruns, eventos e instâncias em que a importante questão da preservação do meio ambiente do trabalho esteja sendo colocada e refletida. A ANAMATRA defende que o direito à saúde, na sua perspectiva integral, é direito fundamental que deve compromissar todos os poderes constituídos e a sociedade civil organizada.

A saúde mental, em específico, é essencial para a preservação da integridade das pessoas e, ainda, para o próprio avanço da produtividade, seja no setor privado, seja no serviço público. Há uma relação evidente entre o sofrimento mental no trabalho e o desenvolvimento de uma lógica baseada na recompensa, no aplauso e/ou na punição quando se trata de uma análise de números. Transtornos mentais e/ou comportamentais têm sido responsáveis por afastar as pessoas do trabalho, diminuir os índices de produtividade, abalar o convívio familiar e atingir o meio ambiente laboral.

Neste sentido, a ANAMATRA historicamente tem atuado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Isso ocorre porque reconhecemos a importância de uma prestação jurisdicional célere, mas também justa na perspectiva qualitativa. Certamente, como temos defendido, a justiça não consegue ser medida em números. Tal debate significa a defesa da ANAMATRA de que as metas para o Poder Judiciário possam considerar a preservação do meio ambiente laboral, uma verdadeira ecologia do trabalho, para magistrados e magistradas, servidores e servidoras. Em documento enviado ao conselho em julho de 2019, a ANAMATRA procura jogar luzes sobre este debate. É

importante que ao aspecto formal dos números seja desenvolvida discussão sobre a qualidade daquilo que se produz, e como se produz, em termos de justiça. Essa não é uma discussão que interessa apenas à condição de trabalho da magistratura - especialmente a magistratura de primeiro grau, em geral, com mais dificuldades em termos de estrutura - mas, sim, a toda comunidade jurídica porque, afinal, o que se está discutindo é o modo como são desenvolvidas as atividades judiciais no Brasil. Em outras palavras, o que se discutindo é o modo (eventualmente errante) de como se produzi a justiça no Brasil.

Faz parte deste debate a atuação da ANAMATRA também no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (o CSJT) para que haja, em âmbito interno, da Justiça do Trabalho, o desenvolvimento de uma política pública judiciária voltada à preservação da saúde. O Conselho é pioneiro e tem um belíssimo trabalho desenvolvido no que diz respeito ao programa “Trabalho Seguro”. Em alguma medida, esse acúmulo de debate precisa se voltar para a realidade interna.

A ANAMATRA também promoveu, e divulgou, pesquisa para traçar o perfil da saúde ocupacional dos magistrados e magistradas, detectando que a sobrecarga de trabalho, e questão do sofrimento mental, são fatores importantes que devem ser considerados. O elemento humano da magistratura espera por este debate, como certamente, também deve ocorrer com os atores jurídicos importantes como é o caso da advocacia.

Todas essas iniciativas procuram designar uma coerência na compreensão interna e externa do problema, por parte da ANAMATRA. De fato, os magistrados e as magistradas do trabalho lidam cotidianamente com casos (cada vez mais numerosos) de sofrimento mental dos trabalhadores e das trabalhadoras que demandam por justiça. É conhecido do campo especializado trabalhista – e, portanto, também da advocacia especializada - as características ambientais que podem conduzir ao sofrimento e ao adoecimento. Esse conhecimento, que chamarei de externo, precisa também se traduzir numa compreensão interna sobre aquilo que ocorre dentro do sistema de justiça e como isso pode afetar a qualidade da produção, e mesmo a quantidade do trabalho, de magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

O fato é que a ANAMATRA tem defendido que é necessário rever e repensar a política de metas de produtividade que esteja baseada na lógica numérica. E para falar do momento atual, em momentos de insegurança social, sanitária e política, que geram um sentimento geral de instabilidade, tanto na iniciativa privada como setor público, é imprescindível uma postura de preocupação com o desenvolvimento de mecanismos que possam gerar tranquilidade e estabilidade a fim de que trabalhadores e servidores possam continuar suas atividades de maneira incentivada e sem perder o sentimento de pertencimento.

A inegável imersão de todos nós na percepção, à flor da pele, da vivência em tempos marcados pela instabilidade e pela imprevisibilidade pode ser fator em si decisivo para dificultar o rendimento no trabalho, quando avaliado exclusivamente numa perspectiva numérica.

Além disso, há impacto evidente na transição, às pressas e de forma intensiva, para a preponderância do trabalho a distância. Embora considerando, no caso da ANAMATRA, que os associados e as associadas experimentavam afinidade com os recursos próprios à virtualização do processo, o impacto disso na vida das pessoas ainda era um campo de investigação em aberto. Antes mesmo que pudéssemos avaliar eventuais consequências do excesso de conexão, o excesso de informação e o excesso de trabalho na vida dos magistrados e magistradas, sobreveio uma aceleração desta experiência com o trabalho, quase todo ele, realizado de forma remota, confundindo-se, efetivamente, o espaço da casa com o espaço do trabalho, uma invasão que produz armadilhas mentais e emocionais. Certamente, esta fala também se conecta com a vivência que outros atores do sistema de justiça estão experimentando.

Ainda sobre a atuação da entidade, a ANAMATRA possui comissão permanente, a Comissão ANAMATRA MULHERES, que tem promovido debate sobre a sobrecarga que vem sendo vivenciada e experimentada pelas mulheres, sejam as trabalhadoras, as servidoras e mesmo as magistradas. Num debate com a presença da advocacia trabalhista, do Ministério Público do Trabalho e da Magistratura, numa webinar, o tema da injusta divisão sexual das tarefas domésticas ganhou visibilidade, em tempos de

pandemia. É importante destacar que antes mesmo da pandemia já tínhamos uma divisão sexual profundamente desigual das tarefas domésticas e dos trabalhos de cuidado com crianças, idosos e enfermos. A divisão injusta foi potencializada na pandemia com aulas e creches suspensas e a ajuda de trabalhadoras domésticas também suspensa. O debate franco, aberto e público sobre o recorte de gênero pode contribuir para a tomada de posição nos arranjos nas empresas e nos setores públicos que considere as específicas condições e necessidades dos grupos em suas singularidades.

A ANAMATRA tem, ainda, procurado contribuir com o debate em publicações diversas nos veículos de comunicação. De fato, não se pode ignorar que mesmo antes da crise sanitária a saúde mental já trazia elevado impacto econômico. E temos denunciado isso. Transtornos mentais correspondem ao terceiro motivo mais comum de afastamento do trabalho no Brasil, segundo dados de 2019 divulgados pela Previdência Social. Do total de pedidos de auxílio-doença concedidos em 2019, 9,6% tinham como causa transtornos mentais ou comportamentais – percentual que supera os afastamentos decorrentes de tumores e problemas no aparelho digestivo. Portanto, dar visibilidade ao tema no debate público tem sido uma tarefa cumprida pela ANAMATRA.

O desafio é não apenas no âmbito interno, ou seja, das instituições ou do Brasil. A discussão também se conecta com a agenda internacional. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 350 milhões de pessoas sofrem de depressão no mundo e, nos países subdesenvolvidos, entre 76% e 85% dos pacientes não recebem tratamento. Eu acrescentaria que não recebem tratamento e permanecem trabalhando até o limite das suas forças. Tanto nos países mais ricos quanto nos mais pobres, a depressão é mais comum entre as mulheres.

A OMS estima que até 2030 a depressão se tornará a doença mais comum no mundo e a que mais vai gerar custos econômicos e sociais para os governos, tanto em relação a gastos com tratamentos quanto a perdas de produção. A doença pode prejudicar o desempenho profissional por provocar sintomas físicos como falta de atenção, perda de memória e dificuldades de planejamento e tomada de decisões.



Enfim, é preciso repensar... um mundo construído a partir da lógica de resultados numéricos, competitividade individual e nenhum sentimento de pertencimento e de segurança ou estabilidade, está desconectado das demandas do presente, na perspectiva do que se tem chamado de desenvolvimento sustentável, enquanto pauta que deve ser construída tanto no campo da iniciativa privada como no setor público.

Com essas palavras eu renovo a importância da iniciativa deste evento e reafirmo o compromisso da ANAMATRA com uma perspectiva integral e integrativa da saúde como direito de cidadania.

Noemia Garcia Porto

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)